Alca: uma estratégia imperialista no século XXI

ROBERTO LEHER

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador sênior do Programa de Bolsas Clauso/ESDI (LPP-Ueri)

Conforme a ideologia dominante no final do século XX, a humanidade conheceria um período de prosperidade jamais visto, fruto de um capitalismo renovado, desatrelado de qualquer dirigismo estatal, construído com base na abolição crescente das fronteiras nacionais, na primazia do conhecimento e da tecnologia, nos valores civilizatórios que, no curso da história em direção ao Ocidente, saíram eternamente vitoriosos, como a democracia e o mercado. Mas esse devir virtuoso, dotado de tantos atrativos, expressa idéias, noções, disposições de pensamento que, a rigor, compõem o sistema de crenças que os dominantes lançaram mão para manejar, em seu benefício, a luta de classes. Thatcher e Reagan, sustentados pela direita radical, foram os pioneiros dessa ideologia nos países centrais, porém, após o colapso da União Soviética, o neoliberalismo conheceu um novo impulso, liderado por governos social democratas. A generalização foi tão intensa que a previsão de Thatcher de que "não há alternativa" pareceria haver se confirmado de forma irreversível.

A força dessa ideologia decorre de sua sólida dimensão econômica. A longa recessão que havia se iniciado na década de 1970 não era apenas conjuntural, mas sim estrutural,¹ e as medidas saneadoras da crise, preconizadas pelos neoliberais, coincidiam com as demandas das corporações, ávidas por medidas que permitissem a recomposição da taxa de lucro. Além disso, a direita e os socialdemocratas mostraram consenso no que fazer: em-

¹Robert Brenner. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão. *Outubro*, n. 3, 1999, p. 7-18. Gérard Duménil; Dominique Lévy. *La dynamique du capital*. Paris: PUF, 1996, p. 9-16.

preender um ataque concentrado e fulminante contra os trabalhadores, os sindicatos, os partidos anticapitalistas e as idéias que, na periferia do capitalismo, mantinham acesa a crença de que era possível edificar uma sociedade de outro tipo, solidária, fraterna, emancipatória, enfim, socialista.

Em contraste com a teoria e a prática do Estado de bem-estar social do pós- Segunda Guerra nos países centrais e, com marcas distintas, nos países periféricos, o capitalismo, enquanto modo de produção determinado, estava requerendo mudanças vigorosas na relação entre as corporações, os organismos internacionais e as nações, em moldes muito semelhantes ao quadro descrito por Lênin como imperialismo. A robusta ideologia que compôs o substrato dessa ofensiva, o neoliberalismo; foi intensa e demonstrou inegável capacidade de provocar mudanças, inclusive na atitude de seus potenciais adversários: os trabalhadores e suas organizações, rebaixando o patamar de luta dos trabalhadores a um nível extremamente débil.

Após duas décadas, a hegemonia neoliberal começa a demonstrar fissuras importantes, provocadas pela impossibilidade de auto-regulação do mercado em áreas vitais, gerando crises financeiras, desemprego crescente, problemas ambientais e prolongada estagnação na maior parte do mundo. Nesse contexto, as lutas dos trabalhadores, organizadas em movimentos sociais de diversas origens, em sindicatos e partidos anticapitalistas, voltam a pesar na luta de classes.

A doutrina militar estratégica correspondente ao neoliberalismo combina a "guerra de baixa intensidade" a uma estratégia ofensiva baseada em um vasto e poderoso arsenal de destruição: a "guerra infinita" (Afeganistão, Iraque).² É nesse contexto que as novas fronteiras de expansão do capital estão sendo traçadas e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é parte importante da nova ordem imperialista almejada pelos Estados Unidos.

Um novo "destino manifesto"

Os Estados Unidos possuem um amplo mercado interno e níveis de gastos públicos em defesa e em tecnologia que não podem ser alcançados por outros países. A despeito da irradiação territorial dos seus negócios em todo

² Ana Esther Ceceña e Emir Sader. A guerra infinita. Buenos Aires: Clacso, 2002, p. 9-14.

[·] REVISTA OUTUBRO, N. 9, 2003

o mundo, as atividades mais especializadas e intensivas em ciência e tecnologia ficam na matriz (32% das exportações dos Estados Unidos está constituída por produtos de alta tecnologia, conforme o Banco Mundial). A demanda por trabalho sofisticado continua a ser importante, gerando um círculo virtuoso que inclui o circuito "produção, ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento, centros de pesquisa e universidades". Obviamente, essa qualificação (virtuoso) considera o ethos capitalista, pois a universidade entra no circuito do capital de forma cada vez mais direta e com menor autonomia, em processo de descaracterização institucional.

A supremacia em áreas relacionadas a produtos de alta tecnologia e serviços de maior sofisticação, na avaliação de Washington, pode ensejar o fortalecimento da hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, ameaçada por sucessivos déficits comerciais. Mas, para isso, é preciso promover uma forte abertura econômica nos países que estão sob sua área de influência, criando um mercado que une o Alasca à Patagônia, não apenas pela redução das barreiras alfandegárias, mas sobretudo pela liberalização das leis, normas e regulamentações nacionais, de modo a abrir novos nichos de mercado em áreas até então predominantemente estatais, como educação, cultura, previdência, saúde e meio ambiente, e em atividades em que a competitividade estadunidense é alta: entretenimento, turismo, transportes, etc. As verbas públicas dos estados igualmente entram no cálculo das corporações como uma frente promissora de novos negócios (liberalização das compras governamentais).

A política externa dos Estados Unidos tem sido exitosa na liberalização do mercado mundial, articulando o conjunto do capital em favor da criação de um novo âmbito unificado de acumulação. A Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), concluída em 1994, reduziu as tarifas aduaneiras dos países industrializados e promoveu vigorosa abertura comercial nos países periféricos. Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), novas fronteiras se abriram para as corporações, pois áreas até então protegidas por leis nacionais passaram a ser crescentemente liberalizadas — investimentos, serviços, compras governamentais — ao mesmo tempo em que novas atividades passaram a ser comodificadas, como o conhecimento (propriedade intelectual), educação, assistência e previdência social, etc. Observe-se que a OMC não se limitou a abolir barreiras aduaneiras, mas forçou a flexibilização de leis nacio-

nais para que as corporações possam ser, de fato, senhoras do mercado. Os avanços obtidos na OMC serviram de plataforma para investidas mais ousadas, como o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e a Alca.

Alca e luta intercapitalista

O Produto Interno Bruto (PIB) da União Européia (EU), medido em paridade do poder de compra correspondia, em 1998, a 18,6% do PIB mundial, dos Estados Unidos a 20,8% e do Japão 7,4%. Com a Alca, o bloco liderado pelos Estados Unidos chegaria a 31,5% do PIB mundial, mais do que UE e Japão juntos. Na América Latina, o maior saldo comercial dos Estados Unidos se dá na área de bens e serviços, em particular em setores intensivos em tecnologia: por isso, o empenho dos Estados Unidos na OMC e na Alca em favor da liberalização do setor de bens e serviços.

Em conseqüência das dificuldades de aprovação do Acordo Multilateral de Investimentos na OCDE, por afrontar de forma ostensiva a soberania das nações, os Estados Unidos investiram no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e a próxima etapa é a ampliação da liberalização dos investimentos na Alca — o que, na prática, liberalizaria por atacado os bens e serviços. O fluxo de investimentos (saídas anuais de investimento externo direto) entre o período da crise da dívida de 1982 e 2000, conforme a Unctad, cresceu de US\$ 37 bilhões para US\$ 1,2 trilhão, multiplicando-se por mais de trinta vezes. Em termos mundiais, 60 mil empresas controlam esses fluxos de investimentos. No caso do investimento externo direto continental, os Estados Unidos concentram entre 70 e 85% do total, o que comprova a extraordinária assimetria em relação aos demais países da região.4

Se, para os Estados Unidos, a Alca pode assegurar uma expansão dos negócios, a redução de seu déficit externo e o fortalecimento de sua hegemonia mundial, quais seriam as principais conseqüências políticas, econômicas e sociais para a América Latina? As projeções possíveis de serem

³ Os Estados Unidos concentram mais de 50% dos ingressos mundiais por licenças e *royalti*es, obtendo em 1998 um excedente de US\$ 25 bilhões.

⁴ Jaime Estay. Alca: el paraíso de los inversionistas. *Chiapas*, n. 14, 2002, p. 60,62.

realizadas, com determinado grau de rigor, devem tomar como referência o conteúdo do que está sendo negociado e, sempre que possível, examinar as conseqüências da liberalização de investimentos, bens e serviços no TLCAN, visto que a Alca poderá vir a ser este tratado ampliado (TLCAN-plus). Nessa perspectiva, tanto o exame dos documentos e declarações preparatórios para o Acordo, como dos resultados mais visíveis do TLCAN para o México serão considerados neste estudo.

Examinando os documentos que estão subsidiando o Acordo (em especial a versão disponível de julho de 2001), salta aos olhos que, em geral, os textos disponíveis compõem, antes, um agregado de posicionamentos, repleto de pontos destacados e, rigorosamente, desprovido de qualquer sistematização.

No que se refere à liberalização do setor de *serviços* na Alca, tema que vem sendo encaminhado globalmente pela OMC, está disponível uma versão mais atual (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços), elaborada em meados de 2002, igualmente desprovida de sistematização, cujo conteúdo se assemelha ao pretendido pelos Estados Unidos na OMC: o livre acesso aos mercados e às cláusulas da nação mais favorecida e do tratamento nacional. Desse modo, as empresas estadunidenses não poderiam sofrer qualquer discriminação ao instalar uma filial, uma representação (como um escritório de firma de transporte), ou mesmo a simples oferta de um serviço, inclusive via internet (educação), devendo receber tratamento não menos favorável do que aquele concedido a serviços e prestadores de serviços similares de qualquer outro país ou, ainda, domésticos.

Nada pode impedir a uma parte prestar serviços "como se nacional fosse" em atividades como: execução da lei, serviços de readaptação social, pensão ou seguro desemprego, seguridade social, bem-estar social, educação pública (isso vale obviamente para as universidades), capacitação pública, saúde e proteção infantil. Aplica-se aqui o tratamento nacional e a presença nacional. Dos serviços (inclusive públicos), somente estão excluídos o transporte aéreo e os regulados como financeiros. O futuro crescimento dos serviços prestados por províncias deve obedecer a essas normas (tratamento nacional).

Como se sabe, os Estados são grandes compradores de serviços sofisticados que contribuem para manter empresas públicas ou nacionais em áreas importantes e qualificadas, como medicamentos, vacinas, softwares, material didático, meteorologia, levantamentos diversos (geológicos, fitológicos), proteção ao meio ambiente, saneamento, etc. Todas essas atividades estariam liberalizadas com o acordo sobre serviços, notadamente com as cláusulas sobre as compras governamentais. Segundo esta, governos e empresas públicas terão de fazer licitações internacionais para a aquisição de bens, serviços, serviços de construção e, sempre que o contrato superar, no caso do governo federal, US\$ 50 mil (bens e serviços) e US\$ 6,5 milhões para construção no caso das empresas governamentais, US\$ 250 mil (serviços, bens) e US\$ 8 milhões para construção. Na avaliação de licitações, será considerada não apenas a capacidade local da filial, mas também a do concorrente em seu país de origem — mais um item em favor das corporações dos Estados Unidos.⁵

A realização dos acordos sobre serviços, tanto no âmbito da OMC como no âmbito da Alca, provocará inédita regressão nos direitos sociais mais fundamentais dos cidadãos, notadamente, o direito público ao conhecimento, à soberania alimentar, à cultura, à terra, à água, à saúde, ao patrimônio genético de seu meio ambiente, à integridade territorial frente à potência dominante (através de enclaves estrangeiros para a edificação de bases militares), etc.

Em nítido contraste com o caráter preliminar dos documentos sobre o comércio de serviços, os textos sobre investimentos são cuidadosos, organizados, dotados de coesão e coerência. O texto é muito mais ambicioso do que as versões da OMC e incorpora muitas demandas contidas no Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), uma iniciativa construída no interior da OCDE que não logrou êxito em virtude da forte reação que provocou em setores influentes da opinião pública de alguns países. A ênfase do documento é a "proteção do investimento externo" e, na prática, engloba o comércio de bens e serviços, isto é, significa uma liberalização no atacado, opção ousada que, contraditoriamente, produz as mesmas tensões do que o AMI, em virtude da complexidade e dos interesses conflitantes entre corporações e, em especial, por gerar antagonismo com os povos nativos, dada a ineficácia das salvaguardas e os resultados negativos dos processos de privatização na região.6

⁵ Enrique Arceo. Alca, neoliberalismo y nuevo pacto colonial. Buenos Aires: CTA, 2002, p. 88-89.

⁶ Reinaldo Gonçalves. Negociações sobre serviços e investimentos no projeto da Alca. Rio de janeiro: mimeo., 2002.

As consequências do TLCAN para o México se constituem, também, em uma dimensão importante da análise, notadamente por ser a Alca uma extensão deste Acordo a todo o continente. Sem prejuízo de um exame mais detido adiante, vale recuperar uma síntese precisa elaborada pela pesquisadora mexicana Ana Esther Ceceña, da Unam: "Em breves palavras, o que era o parque industrial no México, não necessariamente mexicano, se converteu em 'maquila'. O que isso quer dizer? Que são cadeias produtivas não têm uma lógica completa; antes, estão articuladas a partir de fora"?. Sendo plataformas de exportação, a dependência vis-à-vis ao centro é total (ciclos produtivos dos Estados Unidos, ritmos e modas produtivas) e, não menos importante, a instabilidade torna-se um fator permanentemente presente, fragilizando os direitos dos trabalhadores, fato agravado pelo desmonte de significativas cadeias produtivas nativas. De fato, o salário dos operários do "chão-da-fábrica" nos três países caiu, atingindo mais duramente as mulheres, os jovens não-universitários e os descendentes dos povos originários (México).

Complementarmente, os sindicatos sofreram considerável enfraquecimento, levando até mesmo a AFL-CIO, a poderosa (e integrada à ordem capitalista) central trabalhista estadunidense, a se posicionar contra a Alca: com as "maquilas", os Estados Unidos deslocaram setores mais intensivos em mãode-obra para a região fronteiriça do México, eliminando, apenas entre 1994 e 2000 (um período de crescimento econômico), cerca de 800 mil empregos. Ademais, o déficit dos Estados Unidos aumentou em virtude das fortes desvalorizações cambiais no México, verificadas de 1994 até 1998, a exemplo do dólar canadense, que igualmente sofreu significativa depreciação no final dos anos 1990.8 Entretanto, embora o México tenha atualmente um significativo superávit em relação aos Estados Unidos, o seu déficit com as demais nações aumentou ainda mais intensamente (uma conseqüência das "maquilas") e, nessa perspectiva, a sua balança comercial deteriorou-se prenunciando nova crise cambial, a exemplo da de 1994.

⁷ Conversaciones con Ana Esther Ceceña. In: F. Copley y S. Hoerth. *Pacificar.com*, 2003. Disponível em: <www.pacificar.com>

⁸ Robert E. Scott. Os custos ocultos do Nafta. Solidarity Center, AFL-CIO. Nafta: falsas promessas, 2002.

A agricultura também foi fortemente atingida: a política de preços mínimos foi proibida e, com isso, muitos pequenos produtores sucumbiram à concorrência com as corporações do setor e o caráter inalienável das terras comunais e coletivas, uma das principais conquistas da Revolução de 1910, está em risco em função de mudanças constitucionais. Outros setores da vida social como a educação e a saúde vêm sendo submetidos a intensa pressão, com o objetivo de convertê-los em serviços a serem negociados no mercado: o crescimento do setor privado nessas áreas vem se dando de forma acelerada.

Como é possível depreender desta breve introdução, a Alca possuiu uma abrangência muito superior à liberalização do comércio stricto sensu, incluindo a área de investimentos que, em tese, pode liberalizar por atacado toda sorte de serviços. O acordo está orientado pelas opções geoestratégicas dos Estados Unidos, exigindo inequívoco alinhamento dos governos aos seus objetivos. O 11 de setembro retirou do mapa as zonas ambíguas: no novo mapa político, existem apenas aliados e inimigos. Os adversários da Alca são identificados como simpatizantes do terrorismo ou, na melhor das hipóteses, adversários da "democracia e da liberdade" e, por isso, são submetidos a fortes constrangimentos militares, econômicos e políticos, como ocorre na Venezuela e em Cuba.

A combinação da regressão econômica, expressa pela desconexão das cadeias produtivas, da coerção militar contra os dissidentes, abrangendo aqui os movimentos sociais, e da renúncia à soberania nacional (as leis e as medidas de política econômica e social das nações devem se subordinar à Alca) configura um cenário imperialista em que países latino-americanos poderão sofrer um processo semelhante ao já verificado na África subsaariana.

AMI, TLCAN e a Alca: liberalização radical dos investimentos

O objetivo central da Alca é a liberalização dos movimentos internacionais de capital, por meio da remoção de barreiras normativas e institucionais e da criação de meios que assegurem todo tipo de garantias aos investimentos. Para compreender o significado da liberalização dos investimentos, é preciso recuar um pouco no tempo, precisamente a 1995, quando os Estados Unidos e parte da União Européia lideraram, junto aos países da OCDE, o

"Acordo Multilateral de Investimento" (AMI), um acerto mantido em segredo até 1997, que não chegou a prosperar devido à não adesão de países como a França e o Canadá, cujos governos foram sensíveis às intensas mobilizações internas que criticaram o Acordo como nocivo aos direitos dos cidadãos. O exame de seu esboço ilumina muitos aspectos do TLCAN e da Alca.

O AMI abarcaria questões como: o outorgamento de "tratamento nacional" e "tratamento de nação mais favorecida" aos investidores estrangeiros
em tudo o que diz respeito ao estabelecimento, aquisição, expansão, administração, condução, operação e venda de investimentos; o compromisso de
segurança e uma proteção completa e constante para os investimentos estrangeiros, inclusive proibindo expropriações e prevendo indenizações em
espécie em caso de rebeliões, convulsões sociais, etc., e proibição de qualquer requisito de desenvolvimento ou de resultados para os investidores
estrangeiros (exemplo: nível de conteúdo nacional, transferência de
tecnologia, geração de empregos, etc).

O conteúdo do AMI foi quase integralmente transcrito no artigo 11 do TLCAN sobre os investimentos. Com efeito, estudo da Aliança Social Continental⁹ constata que o referido capítulo 11 do TLCAN vai além do que qualquer outro acordo ou tratado internacional ao estender uma série de direitos e proteções aos investidores internacionais, em detrimento das estruturas de soberania dos países. Como previsto no AMI, é proibida qualquer exigência de desempenho das empresas estrangeiras, como volume de exportações, encadeamento produtivos internos, compra de insumos nacionais, saldo positivo da balança comercial, transferência de tecnologia, lo calização geográfica e ampliação de empregos.

⁹ ASC. El proyecto del Alca y los derechos de los inversionistas "un TLCAN Plus". Estudios sobre el Alca, Santiago, n. 14, jun. 2003.

¹⁰ O Art. 7 do cap. sobre investimentos, veda, expressamente, requisitos de desempenho, inclusive no que se refere à transferência de conhecimentos: "transferir a uma pessoa em seu território, tecnologia, um processo produtivo ou outro conhecimento de sua propriedade, salvo quando o requisito se imponha por um tribunal judicial ou administrativo ou autoridade competente, para reparar uma suposta violação às leis em matéria de competência ou para atuar de uma maneira que não seja incompatível com outras disposições deste Tratado; nenhuma parte pode exigir (...) geração de empregos ou capacitação de mão-de-obra, ou realização de atividades em matéria de investigação e desenvolvimento."(J. Estay. *Op. cit.*, p. 77).

Este acordo prevê regras que permitem às empresas transnacionais pleitear compensações por qualquer medida que ameace reduzir seus lucros. Sob o TLCAN, as empresas podem desafiar proibições contra o uso de produtos químicos tóxicos ou despejar dejetos tóxicos em locais que podem ameaçar a água potável. Esse poder sem precedentes conferido às corporações torna os governos débeis na proteção dos direitos sociais e do meio ambiente e desvincula os investimentos de qualquer estratégia de desenvolvimento.

Caso as regras contidas no referido capítulo 11 não sejam severamente observadas, o TLCAN prevê sanções e indenizações que serão estabelecidas por estruturas autônomas em relação aos Estados, os "mecanismos de solução de controvérsias", um meio conhecidamente antidemocrático, pois protege apenas os interesses dos investidores, desconsiderando, inclusive, as leis nacionais e o poder judiciário dos países que hospedam o investimento estrangeiro. A utilização discricionária de tribunais internacionais que não gozam de legitimidade democrática nos países em que o conflito teve lugar reduz a soberania dos mesmos, desqualifica a democracia e acarreta graves prejuízos para a sociedade e para o meio ambiente. Assim, por exemplo, o Canadá teve de indenizar a empresa estadunidense Ethyl Corporation (fabricante de MMT, um aditivo para gasolina considerado cancerígeno) por ter proibido localmente o uso do aditivo MMT para a gasolina, um produto prejudicial à saúde e, ainda, a revogar a legislação que proibia a venda transfronteiriça de MMT. Os painéis de arbitragem internacional sustentam ter encontrado violações no artigo 11 do TLCAN em decisões soberanas como: a não autorização para a Metalclad Corporation de instalar uma planta de resíduos tóxicos no estado de San Luis de Potosí, México (os cidadãos potosinos tiveram de pagar US\$ 16,7 milhões em compensações pelo direito de não serem contaminados); a proibição pelo governo canadense, por determinado tempo, da exportação de resíduos de PCB, entre muitos outros,11 restando pendentes situações como a demanda da canadense Methanex, a maior produtora mundial de metanol, um aditivo para a gasolina, que reivindica que o estado da Califórnia a indenize em cerca de US\$ 1. bilhão em virtude da proibição do uso dessa substância que está contaminando as fontes de água.

¹¹ ASC, Op. cit., p. 4.

Outras cláusulas amparadas no princípio da não discriminação permitem a cobrança de indenizações públicas caso algum governo adote medidas de política econômica que acarrete redução de lucros. Similares medidas em benefício do setor público, como expropriações motivadas pelo interesse público, e medidas equivalentes a uma expropriação (na prática, quase todas as modalidades de regulação estatal), estão vedadas pelo referido artigo 11 do TLCAN. Caso este princípio estivesse em vigor em toda a América Latina, a corporação Bechtel teria obtido um grande retorno econômico em sua derrota na "Guerra da Água", um conflito social que ocorreu na Bolívia de abril de 2000 a 2002, protagonizado pelos movimentos populares de Cochabamba¹² que reivindicaram que a água é um bem público. No TLCAN, as corporações lograram êxito até mesmo na proteção contra a redução de lucros em caso de regulação estatal de algum setor, situação urgente no caso do colapso das privatizações no setor energético (especialmente grave no caso brasileiro) e nos sistemas previdenciários (Argentina e Chile, sobretudo).

Não casualmente, em abril de 2001, 29 corporações dos Estados Unidos dos setores petroquímico, farmacêutico, entre outros, firmaram uma carta dirigida às altas autoridades do governo de seu país, manifestando apoio para que as cláusulas da Alca tivessem como modelo o TLCAN.¹³ Apesar das críticas generalizadas aos termos do TLCAN e, sobretudo, do AMI, a Alca segue a mesma orientação e, no que se refere aos investimentos e à propriedade intelectual, é ainda mais severo na proteção dos interesses das corporações.

No texto preliminar da Alca o controle da livre movimentação financeira está expressamente vedado, mesmo controles bastante liberais, como no Chile (em especial entre 1991 e 1998) e na Argentina (2003), embora a ausência de controle seja fonte de graves instabilidades na economia-mundo (vide as crises da Argentina, Brasil e México) e, por isso, até mesmo o FMI admitiu controle de capital para minorar os danos da crise da Rússia; o texto proíbe, ainda, requisitos de desempenho (integração nacional das cadeias produtivas, grau ou percentagem de conteúdo nacional, transferência de tecnologia e conhecimentos reservados, balanceamento entre importa-

¹² Tom Kruse. Bechtel contra Bolivia. CEDIB, Cochabamba, 2002.

¹³ ASC, Op. cit., p. 2.

ções e exportações, empregos, desenvolvimento regional, melhoria da qualidade de vida etc.), forçando, em suma, os governos a abdicarem de qualquer traço de soberania e de qualquer projeto de desenvolvimento econômico e social para os seus povos.

Com a criação da Alca, objetivos como o "Código sobre a Transferência de Tecnologias" previstos na Nova Ordem Econômica Internacional (Unctad) sequer poderiam ser colocados na agenda de negociações. Restrições à livre circulação de capitais, a definição de setores em que os ingressos estrangeiros são permitidos e o estabelecimento de "requisitos de desempenho", expedientes outrora utilizados pelos países centrais como medidas de política econômica, seriam considerados "entraves" a serem radicalmente removidos, sob pena de severas sanções.

A Alca expressa uma nova etapa desse processo de desregulamentação e de liberalização dos investimentos estrangeiros. Por sua abrangência e complexidade, configuraria uma mudança sistêmica. De fato, a implementação do Acordo é coetânea ao aprofundamento de reformas neoliberais do FMI e do Banco Mundial que intentam viabilizar a chamada segunda geração de reformas neoliberais, flexibilizando os direitos trabalhistas, aprofundando a reforma do Estado para, no limite, assegurar a autonomização dos bancos centrais frente ao Estado, estabelecer fundos de pensão, aprofundar a privatização de bens públicos como educação, saúde, água, energia, biodiversidade, entre outros. Em um período de crise estrutural e de renhida competição intercapitalista, a Área de Livre Comércio ampliaria de forma significativa o mercado dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, encolheria a soberania dos povos latino-americanos.

Militarização e os tratados de livre comércio

A criação de zonas de livre comércio muito frequentemente é empreendida por medidas coercitivas. Em discurso na Cúpula da Associação de Comércio dos Países do Pacífico (Apec), o secretário Colin Powell registrou que o comércio tem de ter garantias, tem de ter segurança, assegurando rotas de comércio estáveis, regras comerciais consistentes que prevejam mecanismos de superação de controvérsias e, se for o caso, de reparação dos investimentos.

Não é possível, pois, desvincular a Alca das iniciativas estratégico-militares em curso na região, como o Plano Colômbia, um Plano inicialmente apresentado como contra o narcotráfico, atualmente assumido como de "combate ao terrorismo", e o epicentro da militarização de toda a região amazônica (área estratégica devido à sua biodiversidade e ao grande volume de água, bem como pela presença de movimentos sociais considerados hostis). Conforme o secretário de Estado, Colin Powell, os Estados Unidos pretendem inserir outros países no Plano, como o Equador, a Bolívia e o Peru nas operações militares. A ofensiva inclui a instalação de uma série de bases militares em regiões geograficamente candentes, como: Manta (Equador), Três Esquinas e Letícia (Colômbia), Iquitos (Peru), Rainha Beatrix (Aruba) e Hato (Curação). Essas bases complementam o cerco dos Estados Unidos no continente, que também possui bases militares em Porto Rico (Vieques), Cuba (Guantánamo) e Honduras (Soto de Cano). Os Estados Unidos pretendem ainda construir bases militares em El Salvador e na Argentina (na Terra do Fogo) e, embora interrompida no momento, em Alcântara (Brasil).

A estratégia militar dos Estados Unidos na região inclui o treinamento de militares latino-americanos, como no caso da Operação Cabañas, realizada na Argentina com a participação de 1.500 oficiais dos Estados Unidos, Chile, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Segundo documentos do governo argentino, o objetivo desse treinamento seria criar um "comando militar unificado" para combater o "terrorismo na Colômbia, além de um campo de batalha composto por civis, organizações não-governamentais e agressores potenciais". Esse comando atuaria ainda na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. A autorização para a entrada de tropas estadunidenses na América Latina inclui garantias de imunidade diplomática, o que significa que soldados norte-americanos suspeitos de crimes ou violações de direitos humanos não poderiam ser julgados em países latino-americanos.

O objetivo da militarização é triplo: (i) recursos naturais (petróleo, biodiversidade), (ii) combate a movimentos sociais, governos hostis (Rumsfeld e Wolfowitz sustentam abertamente que a Venezuela necessita de uma "mudança de regime") e movimentos insurrecionais (Colômbia, Bolívia e Equador) e (iii) implementar enclaves estadunidenses em locais militarmente bem posicionadas. Por isso, os corredores econômicos dese-

nhados pelas corporações como o Plano Puebla-Panamá; o canal alternativo ao de Panamá no Chocó colombiano (Atrato-Truandó); a rede fluvial sulamericana (Sars-Ifsa), que permitiria o transporte fluvial desde Venezuela até Buenos Aires; a comunicação a partir do delta do Amazonas com o Oceano Pacífico, através do rio Putumayo, atravessando os Andes pelo seu ponto mais estreito e baixo para chegar por auto-estradas ao porto de Tumaco (Nariño) na Colômbia, e até San Lorenzo (Esmeraldas) no Equador; o domínio da zona chamada "das cinco fronteiras" (Colômbia, Equador, Peru, Brasil e Venezuela), onde se encontra um gigantesco lençol de petróleo compartilhado, na atualidade explorado por esses países, e enviado por dutos transandinos aos portos de Tumaco e Esmeralda, e a "estrada marginal da selva" unindo o Peru ao Suriname. No plano ideológico, é importante a criação de disposições que considerem a ofensiva irreversível. Nessa direção, o sociólogo francês Alain Touraine asseverou que o Mercosul "terminou", em virtude da "inevitabilidade" da Alca. 14

Cenários brasileiros, após Lula

Embora o poder da grande burguesia estadunidense seja extraordinário, a implementação da Alca não pode ser vista como externa aos países, visto que, localmente, frações de classes nativas apóiam — e estão associadas — a referida liberalização, mesmo que às custas do agravamento da condição capitalista dependente. No Brasil, alguns poucos podem ganhar com o novo marco econômico e são esses que estão empenhados na viabilização do Acordo: o setor exportador de commodities, o agrobusiness, a burguesia industrial decadente, ávida por vender suas empresas para poderem operar no setor financeiro, os barões da privatização, os latifundiários que pretendem vender suas terras como reserva de valor para as corporações, os bancos que poderão operar a entrada e a saída de capital, as multinacionais, os meios de comunicação, igualmente ávidos por capital externo e o governo (durante certo

¹⁴ Osvaldo Coggiola. Lula e a Alca. Disponível em: <www.lpp-uerj.net/outrobrasil>

tempo entrarão divisas em dólar) em suma, ganha o bloco histórico no poder. ¹⁵

No momento, a indagação que ecoa em toda a América Latina é: a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva significa um ponto de inflexão no processo de implementação da Alca, expressando um novo "bloco histórico"?

Um exame mais sistemático da composição de forças do novo governo brasileiro exigiria um espaço maior do que o possível neste artigo. ¹⁶ Entretanto, cumpre destacar que não é apropriado falar em "inflexão" e "ruptura", antes o contrário, pois o núcleo sólido que comanda o governo é constituído pelos que irão ganhar com a Alca. Com efeito, examinando o discurso do governo Lula sobre a Alca, é possível constatar que a posição brasileira, paulatinamente, vai saindo da zona de penumbra. Na campanha eleitoral, o PT já havia se afastado formalmente do Plebiscito Nacional da Alca, realizado em setembro de 2002, e que contou com a adesão de mais de 10 milhões de participantes, quase 100% contra o referido acordo, embora o então candidato tenha afirmado que o Acordo seria uma anexação aos Estados Unidos. Após Lula assumir, o discurso dos Estados Unidos passou a ser mais duro. O secretário de Comércio Exterior Robert Zoellick, por meio de uma ironia, ameaçou: "o Brasil tem de escolher entre a Alca ou vender para a Antártida".

O ministro da fazenda, Antonio Palocci, assumiu o papel de principal articulador da adesão do país à Alca, tendo, como aliados, os ministros da agricultura (agrobusiness) e do desenvolvimento (commodities) e o presidente do Banco Central (setor financeiro). Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, afirmou ter convicção de que o Acordo será produtivo para o Brasil. Após visita de Lula ao presidente Bush, em 20 de junho de 2003, o governo brasileiro declarou ter acatado o prazo original da Alca, atendendo aos anseios de Washington, um pleito criticado pelo PT, por setores do governo e por outros países da região.

Embora a posição brasileira venha ao encontro de Washington, Bush Jr. afirmou que os Estados Unidos não sustentarão a demanda brasileira de com-

¹⁵ Reinaldo Gonçalves Perspectivas para a América Latina e a universidade pública diante da ameaça da Alca. *Caderno Aduff*, n. 7, ago. 2002, p. 16-17.

¹⁶ Indicações sobre a coalizão do governo Lula podem ser encontradas em: Roberto Leher. O governo Lula e os movimentos sociais. OSAL, n. 10, abr. 2003.

por o Conselho de Segurança da ONU. O secretário Robert Zoellick, apresentou uma minuta da proposta que não faz concessões ao Brasil em áreas que o país poderia ser competitivo, notadamente no setor agrícola e em determinadas commodities. É que a contrapartida do governo brasileiro, nas áreas-chave, está sendo aguardada: investimentos, compras governamentais e serviços!

Um analista que se ativesse às manifestações do Ministério das Relações Exteriores, teoricamente o locus em que a Alca deveria estar sendo negociada, teria uma leitura muito distinta da posição do governo brasileiro. De fato, o secretário executivo do Ministério, Samuel Pinheiro Guimarães, não apenas declarou, como registrou em artigo, 17 que a Alca é insustentável e, caso aprovado, bloqueará qualquer tentativa de empreender política de desenvolvimento no país. Os representantes das principais correntes de esquerda do PT, a Articulação de Esquerda e Democracia Socialista diriam que o governo Lula é um "governo em disputa", hipótese que, rigorosamente, não tem suporte nas práticas efetivas do mandato, já que Lula acatou o calendário de Bush Jr., debilitando a correlação de forças dos países da região, enquanto até mesmo os negociadores dos Estados Unidos como Luís Lauredo, coordenador da Cúpula das Américas, admitiam que o prazo original era inviável; o comando da área econômica já se definiu pelo Acordo, e o Mercosul, em crise, não pesa de forma significativa nos embates. No âmbito diplomático, a Alca somente poderá ter uma versão "light" caso as contradições internas nos Estados Unidos impeçam a versão "TLCAN-plus", hipótese plausível, tendo em vista a força do lobby agrícola (expresso na escalada protecionista em curso); neste caso, a pressão será pela liberalização dos investimentos, por meio de acordos bilaterais, e uma forte investida estadunidense na OMC.

Em suma, cumpre recuperar os encaminhamentos das entidades que promoveram o Plebiscito, fortalecer a organização da mobilização social para exigir do governo a realização de um plebiscito oficial sobre a adesão do país à Alca e investir no fortalecimento da luta continental contra os tratados de livre comércio.

¹⁷ Samuel Pinheiro Guimarães. *Como será a Alca*. 2003. Disponível em: <www.agenciacartamaior.com.br>.